

A TENDÊNCIA RENOVADORA DO PCB: ATUAÇÃO E PROGRAMA POLÍTICO (1970-1983)

RICARDO RODRIGUES ALVES DE LIMA

(Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), Campus Goiânia. Doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Bolsista Capes.)

Resumo

O presente trabalho está vinculado à pesquisa desenvolvida no doutorado sobre a tendência renovadora do PCB, sua atuação política e o programa de mudança que defendeu para o país entre os anos de 1970 e 1983. Essa tendência, cujas origens podem ser remetidas pelo menos aos anos 1950, está representada na trajetória de dirigentes e intelectuais como Armênio Guedes, Aluísio Teixeira, David Capistrano Filho, Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho, Luiz Werneck Vianna, entre outros. A atuação e a concepção político-ideológica dos renovadores tem sido pesquisada por meio de documentos históricos do PCB, livros que produziram, entrevistas com alguns de seus principais representantes, além de jornais e revistas de que participaram ativamente, com destaque para os jornais *Voz Operária* (1976-1979), *Voz da Unidade* (1980-1982) e *A Esquerda* (1984-1986) e a revista *Temas de Ciências Humanas* (1977-1981). Esta produção político-cultural materializada em jornais, livros e revistas é considerada um instrumento privilegiado, embora não o único, para rastrear historicamente a trajetória deste grupo de intelectuais que fez da renovação democrática do PCB, da esquerda e da política brasileira o eixo de seu programa político. A construção e interpretação do objeto teve por parâmetro até o momento a relação que se estabelece entre classe social, intelectuais e partidos na disputa pelo poder do Estado ao longo da história. Nesse sentido, estudos como os de Gramsci (2001a) sobre a relação entre intelectuais, partido e classes sociais constituem uma referência teórico-metodológica fundamental a ser retomada e interrogada para a análise qualitativa dos dados obtidos.

I- Considerações sobre o tema na bibliografia

Os estudos sobre o significado da cultura política legada pelo PCB por sua atuação durante o período da chamada “transição democrática” entre as décadas de 1970 e 1980 revelam um conjunto de tendências conflitantes em torno da questão. Num breve levantamento sobre o debate realizado em torno do tema desde a década de 1990 é possível perceber que, ainda hoje, ele vincula-se à tentativa dos intelectuais de apontarem os caminhos para a ação política no presente. Assim, na análise historiográfica ou sociológica do tema, há, por um lado, aqueles que não deixam de apontar as debilidades e equívocos da estratégia do PCB, como Secco (2002; 2006) e Said (2009), por outro, autores que, por diferentes ângulos, procuram valorizar a tradição política do PCB e apontar os meios para sua continuidade, como Mazzeo (1999), Santos (1994; 2012) e Werneck Vianna (1997).

Dada a importância que a tendência renovadora teve no período por sua participação política e contribuição teórica – como nos estudos que difundiu sobre Gramsci – alguns estudos recentes têm buscado apontar o papel dos renovadores na história do PCB e da luta pela democracia no Brasil. Entre eles, destaca-se Raimundo Santos, seguramente o principal historiador da corrente renovadora no Brasil. A pesquisa que realiza tem buscado identificar, na trajetória do Partido, uma linha de ação original no campo da esquerda no Brasil e que, na atualidade, ainda mereceria ser preservada. Assim, num livro sugestivamente intitulado *O Pecebismo Inconcluso*, Santos ressalta que:

Do ponto de vista historiográfico, já seria gratificante se a hipótese que alimenta todo o livro se postasse visível para o leitor. O que insistentemente se sugere é que o quanto há de “originalidade”, e responde pela gravitação do PCB na vida nacional, sobretudo nos anos 60, na

Resistência (e no início da transição tancredista), é uma elaboração política que abre passagem a duras penas e a contrapelo do determinismo marxista-leninista, que se quer ver como único no PCB (SANTOS, 1994, p.11).

No caso, a elaboração política que se fez em oposição ao determinismo marxista-leninista seria, na visão do autor, uma concepção de “gradualismo reformador pluriclassista” (Santos, 1994). Sua principal expressão política seria a estratégia que assume a democracia como um fim, não como mero expediente tático, a ser levada a cabo por uma frente única pluriclassista – não necessariamente fundamentada na hegemonia da classe operária. A centralidade da questão democrática para a “corrente renovadora” é bem assinalada por Santos:

Em aliança com os sobreviventes que se posicionaram do lado renovador em 1956/57, fizeram a defesa da política de unidade das forças antiditatoriais, definida no partido desde 1965 como "ampla frente de resistência, oposição e combate à ditadura", um gradualismo centrado na luta pelas liberdades democráticas, como orientação política alternativa à vaga esquerdista da época. Daí em diante, a política de vocação democrática se enraizaria no PCB e faria ponte entre aquela geração renovadora mais antiga — Armênio Guedes é o exemplo— e jovens intelectuais lukacsianos, primeiro, gramscianos, depois, que iriam nuclear a segunda renovação no começo da transição em torno do esforço para substantivar a "estratégia de frente democrática (SANTOS, 1994, p.54).

Há um dado importante na observação de Santos (1994) que é a identificação dessa trajetória renovadora à luta em sua história contra as forças ditatoriais pela democracia. Fator esse que ajuda a explicar a contínua aproximação de muitos renovadores ao campo do liberalismo, como o próprio Santos, segundo nossa leitura. Além desse dado, uma contribuição importante deste autor a ser destacada é a tentativa de mapear na história o fio de continuidade na trajetória dos renovadores, a qual teria em Armênio Guedes uma referência decisiva. Seu último ensaio, “O marxismo político de Armênio Guedes”, é um bom exemplo:

Estas notas introdutórias procuram desenvolver a proposição de que a identidade do PCB se refuda quando os pecebistas passam a valorizar a política a partir do suicídio de Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954 e, sobretudo, no tempo subsequente ao relatório sobre a Era Stalin, apresentado por Nikita Kruschew ao XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), no começo de 1956 (SANTOS, 2012, p.21).

Apesar da relevante contribuição dada ao tema, cabe questionar se a excessiva preocupação do autor em valorizar a linha política de afirmação do “gradualismo reformador pluriclassista” na corrente renovadora não acaba por ocultar outros aspectos importantes sobre o tema, como a expressão de classe que ela assumiu no decorrer de sua história.

Na mesma linha de valorização do legado estratégico do PCB, Werneck Vianna, em polêmica com os intelectuais que defendiam a ação de ruptura revolucionária com o regime militar, entre eles Florestan Fernandes e demais representantes do que ele denomina “*intelligentzia* paulista”, vai enfatizar o acerto da linha política esboçada desde a famosa *Declaração de Março de 1958* e que ganhara novo fôlego com os renovadores na década de 1970. Assim:

[...] a forma de resistência à ditadura que abriu caminho para a transição à democracia foi a das rupturas moleculares, tendo como inspiração principal os temas da democracia política, os quais, sobretudo a partir de meados dos anos 70, foram crescentemente vinculados aos da agenda da democratização social. Foi deste binômio democracia política–democratização social, já identificado, quase duas décadas atrás, como estratégico pela esquerda na *Declaração de Março*, que se extraiu uma política de erosão – e não de enfrentamento direto – das bases de legitimação do poder autoritário, combinando-se a eficácia nas disputas eleitorais – então heterodoxamente convertidas em “formas superiores de luta” – com a defesa dos interesses do

sindicalismo e a explicitação de uma nova pauta de direitos a serem conquistados pelos setores subalternos (WERNECK VIANNA, 1997, p.22-23).

Cabe ressaltar que o acerto político-estratégico, de acordo com a interpretação de Werneck Vianna, o qual segue aqui o que fora afirmado por Santos (1994), teria sido fundamentalmente da corrente renovadora do PCB, na qual ele se inseria, e não do grupo dirigente ligado a Prestes e identificado ao marxismo-leninismo, a despeito dos renovadores terem sido derrotados em seu próprio partido pelo grupo liderado por Giocondo Dias.

Numa linha contrária a esta, tem-se os estudos que lançam questionamentos sobre a ação política do PCB e dos renovadores nos anos 1970 e 1980. É o caso de algumas pesquisas recentes sobre Gramsci e seu uso no Brasil, como a do historiador Lincoln Secco. Ao pontuar as razões da derrota do PCB e o modo como a cultura política italiana foi assimilada pelo partido, Secco procura expor a série de erros ocorridos na ação dos comunistas que os levaria ao ocaso:

As razões do eclipse do PCB são várias: transposição mecânica de políticas geradas no exterior da organização; aceitação nominal do eurocomunismo e da democracia, mas resistência à democratização interna das suas estruturas (o que levou ao desligamento da sua ala eurocomunista de fato). O compromisso histórico que fracassou na Itália talvez por um problema de *timing* da política, proposto num momento de fragilidade do PCI, ainda assim era a proposta de um grande partido de massas, mas o PCB já era um pequeno partido sem inserção nos setores mais combativos da classe operária (recorde-se que a política de Berlinguer sempre reafirmou a centralidade operária, tão cara à tradição comunista). O que os comunistas não perceberam é que, ainda que a sua aposta numa transição pacífica da ditadura à democracia estivesse certa desde fins dos anos 1960 (ao contrário dos grupos que se destruíram na luta armada), eles não endossavam uma transição popular, com ativa participação de massas, pois se tornavam cauda política da oposição burguesa ao regime militar. Seja por serem mais “responsáveis” ou não, o fato é que o PCB sacrificou tudo, até mesmo o seu futuro, para garantir o retorno do país ao Estado de Direito (SECCO, 2006, p. 143).

A argumentação do autor sugere a conclusão de que o PCB sucumbiu, para utilizar a linguagem gramsciana, ao transformismo, isto é, foi cooptado pelas classes dominantes no Brasil na transição para a democracia e deixou de ser um agente ativo da esquerda brasileira, papel que seria desempenhado pelo PT. Trata-se de uma linha de raciocínio persuasiva, mas que não faz jus aos segmentos ativos do PCB que buscaram fomentar a “ativa participação de massas”, além de não ir a fundo aos elementos que caracterizaram a crise orgânica do partido nos anos 1970.

Outra crítica incisiva à corrente renovadora encontra-se na obra de Said (2009). Para a autora Gramsci foi apropriado pelos renovadores num movimento que conduziu à perda da concepção de centralidade operária na revolução socialista. A autora é explícita a esse respeito ao afirmar que:

[...] nos interessa estudar a tentativa de renovação no PCB, nos primeiros anos da década de 1980, e analisar o desvio de apropriação peculiar que se fez da obra gramsciana [...] Sendo exatos, ao ler os textos da *Voz da Unidade*, percebemos que se desenvolve um grupo que procura consolidar um *novo partido*, para chegar ao socialismo sem a revolução operária, reforçando apenas a democracia liberal (SAID, 2009, p.135-136, grifos da autora).

Essa interpretação de Said retoma alguns dos principais argumentos utilizados pelos críticos de esquerda dos renovadores ao longo do tempo, como Florestan Fernandes¹ e deve ser considerada no

¹ Veja-se, por exemplo, a visão de Florestan Fernandes sobre o eurocomunismo: “O grave pecado político dos PCs é que essa luta [contra a ditadura] não se aprofunda quando se fala em eurocomunismo. Eu não sou adepto do eurocomunismo, para mim isso não passa de um processo de social-democratização dos PCs. Mas, se o eurocomunismo tem sentido, só tem sentido em países onde há uma consolidação da luta democrática em termos capitalistas. Ora, aqui nós não temos essa consolidação. A burguesia fechou espaço em termos de autocracia capitalista. Portanto, não tem sentido importar tais

debate que será realizado com os principais intérpretes da tendência renovadora. Mas, para complicar a questão, vale ressaltar que a centralidade operária era considerada decisiva para muitos integrantes da corrente renovadora ainda no início dos anos 1980. No balanço crítico que fizeram a respeito de sua saída do PCB, David Capistrano Filho, Ubiratan de Paula Santos e Breno Altman, que participaram da tentativa de renovação do partido afirmavam que:

Pelos mais diversos motivos, os comunistas deste país afastaram-se progressivamente dos “de baixo”, deixaram de alimentar sua política no solo real do mundo do trabalho, substituído de fato pelo universo das camadas médias urbanas, especialmente da nova intelectualidade expandida pelo desenvolvimento recente do capitalismo. As mais notórias concreções do campo comunista – PCB, PC do B e MR-8 – convergiram para o abandono da ótica de classe na análise do real e na tomada de posições políticas adotaram as mais chãs deformações taticistas (a tese da política *apenas* como arte do possível) e passaram a se guiar não mais pelos efetivos interesses dos trabalhadores” (ALTMAN *et. al*, 1986, p.13-14).

Havia, portanto, grupos no interior do PCB que recusaram a posição de “cauda política da oposição burguesa ao regime militar” (SECCO, 2006) durante o processo de transição dos anos 70/80 e que buscaram garantir o protagonismo do partido na luta pela democracia e recuperar a influência comunista junto aos setores mais combativos da classe operária e da intelectualidade.

Nesse sentido, à medida que se adentra pela análise da corrente renovadora e do próprio PCB, percebe-se a dificuldade em estabelecer um parâmetro único de classificação. Portanto, do ponto de vista historiográfico, o desafio posto diante das leituras feitas sobre o tema está em produzir uma interpretação que revele a trajetória dos renovadores e das correntes que disputavam a hegemonia no partido em sua complexidade e riqueza.

A ação política ao mesmo tempo pública e subterrânea que o PCB e os renovadores fizeram para a derrota da ditadura militar em nome de um programa democrático deve ser desvendada em seus múltiplos aspectos.

II- A crise orgânica do PCB

Um elemento fundamental para se compreender a formação das diversas tendências que se conformaram no PCB durante o período aqui analisado é o de crise orgânica. Nesse sentido, pretende-se aqui destacar alguns dos dilemas com os quais se defrontavam o partido e a corrente renovadora nas décadas de 70 e 80, quando ocorreu tanto uma tensa disputa interna ao Partido quanto pela hegemonia no campo da esquerda.

A percepção de que o PCB enfrentava uma situação de crise orgânica era reconhecida e verbalizada por alguns de seus mais expressivos integrantes. Em janeiro de 1982, em texto sobre as teses pela legalidade do PCB², David Capistrano Filho avaliou do seguinte modo a situação do Partido naquela conjuntura:

A atual crise do PCB é gravíssima, pois se trata da primeira vez em que confluem um período de reanimação do movimento de massas, de abertura democrática (com todas as limitações conhecidas), com grave crise orgânica e perigosíssimo descolamento do movimento de massas, e em particular do movimento operário. O risco máximo consiste em, não se resolvendo essa crise no sentido positivo, de renovação do Partido, assistirmos à sua transformação em seita,

soluções oportunistas. É inegável que Prestes se aprofundou nas suas reflexões políticas, mas não chegou ao ponto de ver até onde ele próprio está na raiz disso tudo, e até onde o problema, para nós é transcender ao antigo prestismo e à herança que o PC acumulou ao longo desse período” (FERNANDES, 1981, p.37).

² Tratava-se das “Teses para um debate nacional de comunistas pela legalidade do PCB”, de autoria do Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas e publicadas na Voz da Unidade em maio de 1981.

isolada política e socialmente, posta num gueto. Contra isso é que devemos lutar, com todas as nossas forças (CAPISTRANO FILHO, 1982).

Essa passagem mostra não apenas qual o desafio colocado diante da corrente renovadora, da qual Capistrano Filho era uma de suas principais lideranças, mas o próprio dilema enfrentado pelo PCB durante toda a década de 1970, pois ao mesmo tempo em que se abriam novas perspectivas para a ação política com a abertura do regime, o Partido encontrava dificuldades para renovar sua base social. Levando-se em consideração o conhecimento histórico da trajetória posterior do PCB – de declínio e impossibilidade de se reconstituir como um partido de massas – e a definição gramsciana, pode-se considerar como pertinente a qualificação de “crise orgânica” feita por Capistrano Filho para a situação vivenciada por seu Partido no período. No parágrafo 23 do Caderno 13 (*Cadernos do Cárcere*), Gramsci menciona que:

Em um certo ponto de sua vida histórica, os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que os constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe (GRAMSCI, 2002, p.60).

Levando-se em consideração que em contraponto à noção de justaposição a expressão orgânico em Gramsci refere-se a vínculos profundos estabelecidos por relações sociais, a crise orgânica de um partido político é deflagrada no processo histórico de dissociação deste em relação à classe social de onde se originou e que buscou representar³. No caso do PCB, sua vinculação histórica com a classe operária é um aspecto chave na interpretação do partido e de sua atuação política, conforme já indicado por outros autores⁴.

A retomada da atuação operária e sindical a partir de 1943 no contexto nacional e internacional de luta contra o nazi-fascismo representou também a volta do PCB à disputa política como ator relevante – talvez este o período de maior influência e inserção do PCB na sociedade brasileira. Após a cassação do PCB em 1947, quando o Partido entrou em novo período de declínio, houve nova convergência entre a ascensão deste e do movimento operário a partir de 1952, culminando com a “greve dos 300 mil” em 1953 e a reinserção do PCB no movimento operário e sindical em aliança com o trabalhismo getulista, o que perduraria até 1964.

Após o golpe militar de 1964, em que o PCB recuou diante da ação repressiva do regime militar, iniciou-se uma nova fase de declínio do partido e da própria ação da classe operária. De acordo com a hipótese deste trabalho, houve a possibilidade de renovação e reconstituição do PCB na classe operária entre 1967 e 1974. Essa possibilidade definiu-se em torno do Plano de Construção e Consolidação do Partido nas Empresas (PLACCONPE), levado a cabo pelo PCB a partir do final da década para sua reinserção nos setores mais dinâmicos da classe operária brasileira com o intuito de

³ A seguinte passagem do Caderno 10 permite compreender o significado de orgânico na formulação de Gramsci (2004, p.413): “O indivíduo não entra em relação com os outros homens por justaposição, mas organicamente, isto é, na medida em que passa a fazer parte de organismos, dos mais simples aos mais complexos. Desta forma, o homem não entra em relações com a natureza simplesmente pelo fato de ser ele mesmo natureza, mas ativamente, por meio do trabalho e da técnica. E mais: estas relações não são mecânicas. São ativas e conscientes, ou seja, correspondem a um grau maior ou menor de inteligibilidade que delas tenha o homem individual. Daí ser possível dizer que cada um transforma a si mesmo, modifica-se, na medida em que transforma e modifica todo o conjunto de relações do qual ele é o centro estruturante”.

⁴ Esse era o sentido da reflexão de Nelson Werneck Sodré (1984), que em sua interpretação sobre a história do PCB fez referência explícita sobre a articulação deste com a classe operária desde a sua gênese: “a luta pelo socialismo só alcançou sentido e conteúdo significativos a partir da presença da classe operária na sociedade brasileira. Ela atinge, no desenvolvimento histórico da classe operária em nosso País, um momento em que o aparecimento de um partido comunista lhe vai conferir qualidade nova. O partido será, visto o processo em conjunto, espelho da classe operária a que serve” (SODRÉ, 1984, p.27).

politizá-la para o enfrentamento do regime militar. Esse plano de ação chegou a obter alguns resultados significativos em empresas do porte da Volkswagen, em São Bernardo do Campo. No entanto, a ação do regime militar impediu o desenvolvimento desse projeto, o que contribuiu significativamente para a dissociação entre o partido e a classe à qual se ligava diante da ação repressiva do regime.

A interpretação dada neste trabalho é que o PLACCONPE representou a possibilidade real de renovação do PCB a partir do restabelecimento dos vínculos do Partido com a classe operária. Levando-se em consideração a observação de Gramsci (2001b) sobre o americanismo de que a hegemonia nasce na fábrica, não estaria ali essa possibilidade? Na correlação de forças que existia nos anos 1970, sem dúvida que a guerra de posição se travava também no campo da produção, conforme os dados apontados sobre a presença da indústria automobilística no Brasil. Portanto, a direção dos rumos do país passava pela fábrica. A derrota do Partido nesse campo teve sérias implicações nos anos seguintes, especialmente a partir das greves de 1978.

A esse respeito, veja-se a interpretação a respeito do tema dada por Vargas Netto, militante do PCB em São Paulo no início dos anos 70:

O PCB não tinha boas relações com os metalúrgicos de São Bernardo desde 1972, quando a direção do partido decidiu-se por uma política antisindical na região, baseada na organização do partido nas empresas, a começar pela Volkswagen. Com a repressão violenta que foi desencadeada sobre o PCB nesta época, o partido acabou sendo praticamente extinto no sindicalismo do ABC. O Lula se beneficiou deste fato para poder passar uma imagem “limpa” do novo sindicalismo de São Bernardo, um sindicalismo livre dos comunistas (VARGAS NETTO *et al*, 1988, p. 55).

Essa avaliação é sugestiva pela reflexão sobre a questão sindical na perspectiva dos renovadores – relevância dada à ação sindical para a politização da classe operária – e pela pista que fornece sobre as condições que permitiram a ascensão do sindicalismo liderado por Lula. Com relação ao primeiro aspecto, Vargas Netto aponta quais seriam os limites da ação de confrontação ao capital restritas ao universo da fábrica no auge da ditadura militar. Ações que levassem à hegemonia das concepções basista (ou espontaneísta) e antisindical no interior da classe operária deveriam ser superadas, de acordo com a interpretação de Vargas Netto. A crítica ao basismo foi, nesse sentido, uma das características da posição teórica e política dos renovadores nos anos 1970, os quais defenderam que a ação política junto à classe operária deveria estabelecer o nexo fábrica-sindicato-partido em prol da democracia política.

Com relação ao segundo aspecto da avaliação de Vargas Netto mencionada anteriormente, pode-se considerar que ela apresenta uma interpretação relevante sobre o que permitiu ao novo movimento sindicalista, liderado por Lula, a hegemonia no movimento operário do ABC nos anos seguintes e no período de eclosão das greves iniciado em 1978, ou seja, a própria derrota do PCB na região e de sua ação junto à classe operária. De fato, como sugerem os dados pesquisados neste trabalho, independentemente da concepção que tenha prevalecido na execução do PLACCONPE, se basista ou leninista, a sua não concretização foi significativa para a crise orgânica do PCB. Neste caso, interrompeu-se um processo de reinserção do partido na classe operária em um momento em que esta retomava o caminho de contestação ao Estado e ao capital e que conduziria à crise da ditadura militar. Isto colocou o PCB em dificuldades para disputar a hegemonia no movimento operário e sindical nos anos posteriores, o que acentuou sua crise. A ação da tendência renovadora a partir de 1970, mas especialmente entre 1976 e 1983 constituiu uma tentativa de resposta a essa situação.

III – Programa para a transição e disputa pela direção

A situação de crise orgânica enfrentada pelo partido – repressão militar e processo de afastamento em relação à classe operária, camponeses e intelectuais – teve como resposta a formulação,

pela direção do PCB, de uma estratégia de derrota da ditadura militar centrada na luta pela democracia contra o assim chamado “processo de fascistização do regime”. No entanto, no decorrer dos anos 70 o entendimento sobre qual deveria ser o desenvolvimento dessa estratégia, ponto de unidade no interior do partido, não foi consensual. Isso pode ser verificado nas duas posições básicas defendidas no final dos anos 70: frente de esquerda e frente democrática.

A defesa de formação de uma frente de esquerda teve como principal liderança Luiz Carlos Prestes. Consistiu basicamente na posição de uma frente centrada na classe operária e em defesa da revolução socialista. Assim, a estratégia da derrota do regime militar deveria se desdobrar numa ruptura com a ordem militar-capitalista e início da transição ao socialismo. A famosa “Carta aos Comunistas”, escrita por Luiz Carlos Prestes e publicada em 1980, é o documento que expressa essa tendência.

A defesa da frente democrática expressava tanto a posição da maioria do Comitê Central, exceção feita aos que estavam com Prestes, como Gregório Bezerra, e dos renovadores. Para eles, a estratégia da derrota do regime militar deveria representar uma transição para a democracia, condição essencial para o socialismo. No entanto, não necessariamente foram coincidentes, principalmente nas formas de ação propostas para o alcance desse objetivo.

A linha de ação do Comitê Central, liderado por Giocondo Dias, foi a de um progressivo processo de negociação e de tentativa de diminuição dos conflitos com a ditadura militar de modo a garantir a transição pacífica à democracia. Entre os renovadores, ao contrário, a luta pela democracia deveria precisamente impedir que a transição fosse conduzida por um novo pacto entre as classes dominantes. Isso exigiria, de acordo com a concepção dos renovadores, um tipo de ação que isolasse politicamente as forças da ditadura e garantisse a reinserção do partido juntos aos setores mais combativos da classe operária, dos intelectuais e dos movimentos de oposição ao regime. Esse último aspecto está bem representado pelo grupo que atuou pela reorganização do PCB em São Paulo entre 1976 e 1984 sob a liderança de David Capistrano Filho.

No que se refere especificamente à atuação dos renovadores, constata-se dois momentos fundamentais em relação ao período abordado por esta pesquisa: de 1970 ao final de 1975 e do início de 1976 ao final de 1983.

De 1970 ao final de 1975, dada a própria ação repressiva do regime militar, as condições de unificação, seja para o PCB, seja para os renovadores, foram extremamente difíceis, o que não impediu a atuação no movimento político e social de oposição ao regime. Nesse período, houve a tentativa de reinserção do partido na classe operária (PLACCONPE) e em outros espaços considerados significativos, como nas universidades. Também importante foi a atuação do PCB – e dos renovadores – junto ao MDB, no intuito de se utilizar dos espaços político-institucionais para enfraquecer o poder da ditadura militar. Esse processo foi interrompido fundamentalmente pela ação repressiva do regime, principalmente entre 1972 e 1975⁵.

No entanto, a partir de 1976 houve um processo de reorganização do PCB com participação ativa dos renovadores por meio da formação da Comissão Estadual de Reorganização do PCB em São Paulo, sob a direção de David Capistrano Filho; a reorganização, sob a liderança de Armênio Guedes, dos renovadores que estavam no exílio na *Voz Operária* entre 1976 e 1979; a organização da revista *Temas de Ciências Humanas*, em 1977, por Gildo Marçal Brandão, José Chasin, Marco Aurélio Nogueira e Nelson Werneck Sodré com vistas à fundamentação teórica de uma estratégia e um programa de transição; e a fundação da *Voz da Unidade*, em 1980, dirigida pelos renovadores pelo menos até meados de 1981. A *Voz da Unidade* tem especial importância por representar o momento de

⁵ A análise sobre a atuação do PCB nos anos 1970 deverá levar em consideração que, principalmente após o quase aniquilamento da esquerda armada pelo Estado, o partido será um dos principais alvos da repressão militar. Os dados sobre os 17.420 processos judiciais contra os opositores do regime militar no Brasil entre 1964 e 1979 mostram que o PCB foi a segunda organização que mais sofreu esse tipo de ação do Estado, 605 processos. Apenas a Ação Libertadora Nacional (ALN) teve um número maior de integrantes processados – 683 (RIDENTI, 1993).

confluência de todas estas tendências que atuavam no exílio ou no país. Foi o momento de auge da tendência renovadora.

De acordo com a hipótese defendida neste trabalho, foi nesse período que se verificou de modo marcante a constituição de um novo núcleo dirigente no PCB, representado pelos renovadores, o qual buscava encontrar soluções para uma situação de crise orgânica do partido e disputa pela hegemonia no campo das forças de oposição à ditadura militar. Esse novo núcleo dirigente se constituiu no principal contraponto à outra tentativa de renovação do partido, liderada por Luiz Carlos Prestes, pela formação de uma frente de esquerda de oposição à ordem burguesa no Brasil.

Referências

- ALTMAN, B., CAPISTANO FILHO, D., SANTOS, U. P. (1986). *Há o que fazer: a esquerda na nova república*. São Paulo: Hucitec.
- CAPISTRANO FILHO, D. (1982). PCB: do passado heroico às incertezas do presente. *Voz da Unidade*. São Paulo, n. 91, 29 jan. - 04 fev. Suplemento especial.
- COUTINHO, C. N. (1980). *A Democracia como Valor Universal*. São Paulo: Ciências Humanas.
- FERNANDES, F. (1981). Florestan Fernandes: a pessoa e o político. São Paulo: *Nova Escrita Ensaio*, 8.
- GRAMSCI, A. (2001a). *Cadernos do cárcere. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo*. (2ª Ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. v. 2.
- _____. (2001b). *Cadernos do cárcere. Temas de Cultura. Ação Católica. Americanismo e Fordismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. v. 4.
- _____. (2002). *Cadernos do cárcere. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. (2ª Ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. v. 3.
- MAZZEO, A. C. (1999). *Sinfonia Inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. Marília: Unesp/Marília; São Paulo: Boitempo.
- RIDENTI, M. S. (1993). *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp.
- SAID, A. M. (2009). *Uma estratégia para o Ocidente: o conceito de democracia em Gramsci e o PCB*. Uberlândia: Edufu.
- SANTOS, R. (1994). *O Pecebismo Inconcluso: escritos sobre idéias políticas*. (2ª Ed.). Rio de Janeiro: Sociedade Rural, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- _____. *O marxismo político de Armênio Guedes*. (2012). In: SANTOS, R. (Org.). *O marxismo político de Armênio Guedes: seleção de textos e introdução de Raimundo Santos*. Brasília: Contraponto,; Fundação Astrojildo Pereira (FAP).
- SECCO, L. (2002). *Gramsci e o Brasil: recepção e difusão de suas ideias*. São Paulo: Cortez.
- _____. (2006). *Gramsci e a revolução*. São Paulo: Alameda.
- SODRÉ, N. W. (1984). *Contribuição à História do PCB*. São Paulo: Global.
- VARGAS NETTO, J. G. et al. (1988). Oboré: dez anos de luta. Rio de Janeiro: *Presença Revista de Política e Cultura*, 12, 50-59.
- WERNECK VIANNA, L. (1997). *A revolução passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan.